

**Conselho Federal de Engenharia e
Agronomia - CONFEA**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Geral

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal com imunidade tributária e autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 5.194, de 24 dezembro de 1966, para regulamentar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea e Mútua.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, com a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs T 16.1 a 16.11), emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), emanado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Prestação de Contas Anual do Confea é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa nº 63/2010-TCU e na Decisão Plenária nº PL-0077/2014, alterada pela Decisão Plenária nº PL-2327/2015.

Com o intuito de facilitar a interpretação das demonstrações contábeis, serão apresentadas notas explicativas referentes a cada uma delas.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo (valor original atualizado até a data do Balanço Patrimonial) e dos itens do imobilizado que são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do Conselho Federal. Todas as informações apresentadas em R\$ foram arredondadas para o milhar mais próximo.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas uniformemente com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

São as contas mantidas em bancos oficiais (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal), sendo contas correntes para movimentações gerais do Conselho Federal; contas correntes para arrecadação de cota-parte (partição na origem); contas correntes para movimentações do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea (Prodesu); e contas de aplicações financeiras (caderneta de poupança e fundos de investimentos) próprias e de aplicações vinculadas ao Prodesu.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2. Créditos a Curto Prazo

Os direitos são registrados pelo valor original, sendo atualizados na data do Balanço Patrimonial, quando aplicável, não tendo sido utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Pública.

Os créditos são compostos por aluguéis vencidos, por direitos relativos a cota-parte do exercício, cota-parte do exercício anterior e cotas do Prodesu, por direitos decorrentes de empréstimos concedidos a conselhos regionais e por direitos decorrentes dos julgamentos de prestações de contas de convênios de entidades devedoras.

3.3. Estoques

Os materiais de expediente são registrados pelo custo de aquisição e as baixas decorrentes do consumo são apurados pelo critério da média ponderada móvel.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, conforme taxas definidas pela Resolução Confea nº 1.036, de 21 de dezembro de 2011, à exceção dos imóveis, que se encontram avaliados a mercado, de acordo com reavaliação realizada no exercício de 2013.

3.5. Passivo Circulante

3.5.1. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais

Representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento e respectivos encargos sociais.

3.5.2. Fornecedores e contas a pagar

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

Representam os valores inscritos em Restos a Pagar Processados, correspondentes às obrigações em circulação ao final do exercício e que serão desembolsadas no exercício seguinte.

3.5.3. Obrigações fiscais

Representam as retenções de tributos federais e estaduais a serem recolhidos no exercício seguinte.

3.5.4. Obrigações de repartição a outros entes

Representam as obrigações financeiras junto aos conselhos regionais pendentes por falta de análise das prestações de contas de convênios do prodesu (credores da entidade) e outras obrigações junto a terceiros.

3.5.5. Demais Obrigações a Curto Prazo

Refere-se à provisão de férias e respectivos encargos sociais.

3.5.6. Demais Obrigações a Curto Prazo

Representam os valores consignados em folha de pagamento a serem repassados no exercício seguinte, as garantias contratuais depositadas por fornecedores e créditos bancários a identificar.

3.6. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.7. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

A Resolução Confea nº 1037, de 21 de dezembro de 2011 institui normas para elaboração de propostas e reformulações orçamentárias para o Sistema Confea/Crea e Mútua.

De acordo com os artigos 22 e 23, da Resolução Confea nº 1037/2011 é vedada a transposição de dotação orçamentária de uma categoria econômica para outra sem a homologação pelo Plenário do Confea da reformulação orçamentária correspondente. Porém, é dispensada de homologação pelo Plenário do Confea a reformulação orçamentária em que ocorrer apenas a transposição de valor orçamentário de um elemento de despesa para outro.

Neste caso, as transposições orçamentárias são deliberadas pela Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema – CCSS

3.7.1 Orçamento de 2017

A Decisão Plenária nº PL-0028/2017, de 12 de janeiro de 2017, aprovou o Orçamento para o exercício de 2017, no valor de R\$ 185 milhões.

A previsão de Receitas para o exercício de 2017 consta de forma detalhada no Balanço Orçamentário.

O demonstrativo a seguir, apresenta as fontes de recursos de forma sintética:

Receitas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Receitas Correntes	184.750
Cota-parte	140.000
Receita patrimonial	0
Receita de serviços	10
Receitas financeiras	38.100
Transferências correntes	4.760
Outras receitas correntes	1.880
Receitas de devolução	0
Receitas de Capital	250
Amortização de empréstimo	250
Transferências de capital	0
Total das Receitas Previstas	185.000

A fixação das Despesas para o exercício de 2017 foi elaborada por unidade de centro de custo, a fim de possibilitar a evidenciação das despesas orçadas, executadas e pagas em relatórios analíticos.

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas orçamentárias por elemento de despesas (conta analítica).

O demonstrativo a seguir, apresenta as destinações de recursos de forma sintética:

Despesas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Despesas Correntes	146.527
Pessoal e encargos	21.708

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Outras despesas correntes	85.887
Tributárias e contributivas	213
Demais despesas correntes	3.030
Serviços bancários	2.400
Transferências correntes	33.289
Reservas	0
Despesas de Capital	37.973
Investimentos	17.102
Transferências de Capital	20.871
Dotação Inicial por Fonte	500
Reserva de Contingência	500
Total das Despesas Fixadas	185.000

3.7.2 Abertura de Créditos Suplementares para o Orçamento de 2017

Com base no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320/1964, foi aprovada pelo Plenário do Confea, por meio da Decisão Plenária nº PL-0774/2017, de 28 de abril de 2017, a 1ª Reformulação Orçamentária para o exercício de 2017, no valor de R\$ 279 milhões, passando o valor do Orçamento de R\$ 185 milhões para R\$ 464 milhões.

A fonte de recursos utilizada para a 1ª Reformulação de 2017 foi o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, na ordem de R\$ 298 milhões e, portanto, suficiente para a aplicação do disposto na Lei nº 4.320/1964.

O demonstrativo a seguir, apresenta as fontes de recursos de forma sintética:

Receitas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Receitas Correntes	184.750
Cota-parte	140.000
Receita patrimonial	0
Receita de serviços	10
Receitas financeiras	38.100
Transferências correntes	4.760
Outras receitas correntes	1.880
Receitas de devolução	0
Receitas de Capital	279.250
Amortização de empréstimo	250
Transferências de capital	0
Saldo de exercícios	279.000
Total das Receitas Previstas	464.000

A Reformulação Orçamentária do exercício de 2017, permitiu a suplementação de R\$ 279 milhões sobre as despesas fixadas inicialmente.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

O demonstrativo a seguir, apresenta o comparativo entre o orçamento inicial e o orçamento final (reformulado) das despesas:

Em milhares de Reais

Despesas Orçamentárias	Orçamento Inicial	Orçamento Reformulado
Despesas Correntes	146.527	324.011
Pessoal e encargos	21.708	67.028
Outras despesas correntes	85.887	174.051
Tributárias e contributivas	213	213
Demais despesas correntes	3.030	17.030
Serviços bancários	2.400	3.000
Transferências correntes	33.289	62.189
Reservas	0	500
Despesas de Capital	37.973	139.989
Investimentos	17.102	75.668
Inversões Financeiras	0	250
Transferências de Capital	20.871	64.071
Dotação Inicial por Fonte	500	0
Reserva de Contingência	500	0
Total das Despesas Fixadas	185.000	464.000

3.8. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, em observância ao art. 103, da Lei nº 4320/1964.

O resultado financeiro do exercício de 2017, no valor de R\$ 10.923.494,43, pode ser evidenciado diretamente pela diferença entre a disponibilidade atual e a anterior, ou pelas fontes de recursos e dispêndios.

3.8.1 Resultado Financeiro – Disponibilidade:

Descrição	Valor (R\$)
(+) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	328.452
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	317.528
(=) Resultado Financeiro do Exercício 2017	10.924

3.8.2 Resultado Financeiro – Recursos e Dispêndios:

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Descrição	Valor (R\$)
(+) Receitas Orçamentárias	188.112
(+) Transferências Financeiras Recebidas	0
(+) Recebimentos Extraorçamentários	135.063
(-) Despesa Orçamentária	220.129
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0
(-) Pagamentos Extraorçamentários	92.122
(=) Resultado Financeiro do Exercício 2017	10.924

O resultado financeiro leva em consideração apenas os ingressos e dispêndios realizados no exercício e, por isso, não devendo ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro do exercício, que é apurado no Balanço Patrimonial.

3.9. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do Conselho Federal são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos do Federal e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo devedor ou contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está associada às aplicações financeiras mantidas pelo Conselho Federal, conforme Nota Explicativa nº 3.1, bem como aos valores a receber, descritos na Nota Explicativa nº 3.2.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras oficiais, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber, os recursos provenientes da arrecadação de receitas de cota-parte são particionados diretamente pelas instituições financeiras, nos termos da Resolução Confea nº 1.026, de 18 de dezembro de 2009.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em caderneta de poupança e em fundo de renda fixa em instituições financeiras oficiais.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração do Conselho Federal por meio da gerência financeira.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Federal para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Conta Movimento	23	1
Conta arrecadação	24	12
Conta movimento Prodesu	81	17
Aplicações financeiras	320.412	302.106
Aplicações financeiras Prodesu	7.749	15.268
TOTAL	328.289	317.404

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão representadas por cadernetas de poupança e fundos de investimentos de renda fixa lastreados em títulos públicos emitidos e compromissados por instituições financeiras oficiais. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira no resultado corrente.

Os recursos financeiros do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea (Prodesu) são segregados dos recursos do Conselho Federal, nos termos da Resolução Confea nº 1.030, de 17 de dezembro de 2010.

6. Créditos e valores de curto prazo

	2017	2016
Devedores da entidade – aluguéis de imóveis	131	131
Entidades públicas devedoras – Creas - cotas do exercício	2.298	2.446
Entidades públicas devedoras – Creas - cotas exercício anterior	87	85
Entidades públicas devedoras – Creas – termo confissão de dívida	360	333
Entidades públicas devedoras – Outras entidades - bancos	1	1
Entidades públicas devedoras – Outras entidades - convênios	673	673
Entidades públicas devedoras – Outras entidades - taxas condominiais	88	88
Entidades públicas devedoras – Creas - cotas do prodesu	594	673
Empréstimos concedidos	2.905	1.640
Demais créditos e valores a curto prazo	653	530
TOTAL	7.790	6.600

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	2017	2016
A vencer	3.867	2.970
Vencidos:	3.923	3.630
Até 30 dias	89	26
De 31 a 60 dias	30	37
De 61 a 90 dias	-	28
De 91 a 180 dias	177	32
Acima de 180 dias	3627	3507
TOTAL	7.790	6.600

O Conselho Federal não constitui provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

7. Estoques

	2017	2016
Almoxarifado – material de consumo	138	156
TOTAL	138	156

Os estoques são compostos de materiais de consumo para uso no decorrer das atividades do Conselho Federal.

8. Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

	2017	2016
Seguro de imóveis a apropriar	8	8
Seguro de veículos a apropriar	1	1
Adiantamento de férias	760	836
TOTAL	769	845

9. Créditos a longo prazo

	2017	2016
Dívida ativa não tributária - empresas	74	66
Títulos de empresas estatais - ações de telefonia	10	10
TOTAL	84	76

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

	2017	2016
Mobiliário em geral	1.273	1.416
Máquinas, motores e aparelhos	8.560	2.748
Veículos	390	418
Equipamentos de processamento de dados	12.213	0
Biblioteca	26	26
Equipamentos diversos	4	4
Outros bens móveis	93	118
Bens móveis - diversos	179	0
Edifícios	104.700	104.700
TOTAL	127.438	109.430

O Conselho Federal realiza, anualmente, o levantamento geral (inventário) dos bens patrimoniais.

O montante apurado pela comissão especial de patrimônio coincide com o montante registrado contabilmente. Porém, a classificação dos bens no sistema de patrimônio diverge da classificação contábil, em razão da inexistência de atualização, manutenção e suporte técnico do referido sistema.

Os imóveis de propriedade do Confea estão registrados pelo valor das reavaliações realizadas no exercício de 2013.

11. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

	2017	2016
Salários e encargos sociais	1.009	162
TOTAL	1.009	162

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	2017	2016
A vencer	1.009	162
TOTAL	1.009	162

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

As obrigações se referem a encargos previdenciários incidentes sobre a folha de pagamento do mês de dezembro, com vencimento no mês subsequente.

12. Fornecedores e contas a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.131	1.561
Conselhos regionais - prodesu	39	-
TOTAL	2.170	1.561

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	2.170	1.561
TOTAL	2.170	1.561

As obrigações se referem aos valores inscritos em Restos a Pagar Processados, correspondentes às obrigações em circulação em dezembro e que serão desembolsadas no exercício seguinte.

13. Obrigações fiscais a curto prazo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributos federais a recolher	1.406	1.327
Tributos estaduais/municipais a recolher	225	23
TOTAL	1.631	1.350

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	1.612	1.329
Vencidos:	19	21
De 31 a 60 dias	-	5
De 91 a 180 dias	3	-
Acima de 180 dias	16	16
TOTAL	1.631	1.350

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

14. Obrigações de Repartições a Outros Entes

	2017	2016
Entidades públicas credoras	2.698	5.423
Credores da entidade - outros	486	1.019
TOTAL	3.184	6.442

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	2017	2016
A vencer	13	36
Vencidos:	3.171	6.406
Acima de 180 dias	3.171	6.406
TOTAL	3.184	6.442

15. Provisões

	2017	2016
Provisão de férias e seus encargos	-	2.009
TOTAL	-	2.009

A provisão de férias constituída ao final do exercício de 2014, foi estornada ao final do exercício de 2017, devido a impossibilidade de elaboração dos cálculos por parte da unidade responsável decorrente de parâmetros do sistema computacional.

16. Demais obrigações a curto prazo

	2017	2016
Consignações da folha de pagamento	193	20
Créditos bancários a identificar	66	41
TOTAL	259	61

As consignações da folha de pagamento são repassadas no próprio mês ou no mês subsequente, conforme prazo estabelecido. Já os créditos bancários representam valores depositados em contas correntes do Conselho Federal sem a devida identificação do depositante.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

17. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Confea que representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”.

O resultado do exercício de 2017 foi superavitário na ordem de R\$ 33.328.447,43, obtido da comparação entre o PL em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 456.255.108,81) e o PL ao final do exercício anterior (R\$ 422.926.661,38).

18. Despesas por natureza (variação patrimonial diminutiva)

	2017	2016
Pessoal e encargos	65.972	57.561
Benefícios previdenciários e assistenciais	256	193
Uso de bens, serviços e consumo	53.164	34.468
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	1.811	2.372
Transferências concedidas	31.140	12.311
Desvalorização e perda de ativos	-	53
Tributárias	48	72
Outras variações patrimoniais diminutivas	4.121	1.362
TOTAL	156.512	108.392

19. Resultados patrimonial, orçamentário e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	2017	2016
(+) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	189.840	176.957
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(156.512)	(108.392)
(=) Superávit Patrimonial	33.328	68.565

<u>Resultado Orçamentário</u>	2017	2016
(+) Receita Orçamentária Realizada	188.112	174.851
(-) Despesas Empenhadas	(220.129)	(118.294)
(=) Superávit/(Déficit) Orçamentário	(32.017)	56.557

<u>Resultado Financeiro</u>	2017	2016
(+) Ativo Financeiro	329.710	318.771
(-) Passivo Financeiro	(63.070)	(20.648)

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

(=) Superávit Financeiro

266.640

298.123

20. Seguros

O Federal adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Em 26 de março de 2018, foi publicada a Lei nº 13.639, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Segundo o art. 32 dessa Lei, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei, depositar em conta bancária do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas da circunscrição correspondente, o montante de 90% (noventa por cento) da anuidade de pessoa física, *pro rata tempore*, recebida dos profissionais de nível médio a que se refere esta Lei, em cada caso, proporcionalmente ao período restante do ano, a partir da criação dos respectivos Conselhos.

Por meio de informações encaminhadas pelos Creas, foi arrecadado no exercício de 2017, o montante de R\$ 59.044.215,04, equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) das Anuidades de Pessoas Físicas de Nível Médio.

Diante de tais informações, foi possível aferir que os 15% (quinze por cento) equivalentes ao Confea, no exercício de 2017, foram de R\$ 10.420.000,00.

A seguir, informa-se que a média de representatividade da arrecadação do 1º trimestre em relação ao exercício, nos últimos 3 (três) anos, foi de 43,5%:

EXERCÍCIO	ATÉ MARÇO	NO EXERCÍCIO	% REPRESENTATIVIDADE
Cota-parte 2015	52.021	120.540	43,16
Cota-parte 2016	57.366	131.177	43,73
Cota-parte 2017	63.865	146.372	43,63
Média 3 anos	173.252	398.089	43,52

Por analogia, se considerada a arrecadação de anuidades de profissionais de nível médio no mesmo patamar do exercício de 2017 (R\$ 10.420.000,00), e considerada a média apurada dos últimos três anos (43,5%), a receita estimada em R\$ 4.535.000,00 seria exclusivamente do Confea e o restante, equivalente ao montante de R\$ 5.885.000,00, seria repassado aos novos Conselhos em percentual de 90% (R\$ 5.297.000,00) e os 10%

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

continuariam nos cofres do Confea (R\$ 588.000,00), conforme disposto no art. 32 do referido dispositivo legal.

Assim, o impacto estimado de perda de arrecadação para o exercício de 2018, em decorrência da Lei nº 13.639/2018 seria algo em torno de R\$ 5,3 milhões, que equivale a 3% (três por cento) das receitas estimadas no orçamento.

EXERCÍCIO	RECEITA TOTAL ANUAL	% CRESCIMENTO
2014	139.557	-
2015	153.478	10,0
2016	174.851	13,9
2017	188.112	7,6

Noutro giro, de acordo com a série histórica, a receita anual tem apresentado crescimento médio vegetativo superior a 8% a.a., de forma que o nível de arrecadação será restabelecido, provavelmente, já no exercício de 2019.

Registra-se ainda que este Federal, em 31 de dezembro de 2017, conta com o montante de R\$ 328.288.916,50 em conta-corrente e aplicações financeiras, capaz de suportar eventuais desencaixes financeiros, demonstrando que mesmo com a saída dos profissionais de nível médio não haverá interrupção da continuidade do Conselho.